

Carta em Defesa da Amazônia e da Mãe Terra, contra as Invasões do Capital, da Violência Bruta e dos Golpes “Verdes”

Nós, cerca de 100 integrantes dos povos indígenas Apurinã, Huni Kuim, Jaminawa, Shanenawa, Xavante, Yawanawa; de comunidades de trabalhadores/as extrativistas; pequenas e pequenos agricultores/as; comunidades ribeirinhas e quilombolas; acadêmicos e militantes de movimentos e organizações sociais da Amazônia brasileira. de outros biomas e de outros países, nos reunimos – devido à pandemia apenas em pequenos grupos e interligados por computadores e celulares – durante os dias 13 e 14 de maio de 2021 no evento “Amazônia Sitiada: Entre Violência Bruta e Golpe “verde” - Povos da Floresta em Defesa da Mãe Terra e Contra as Invasões do Capital”.

Resolvemos continuar rompendo o silêncio que a pandemia nos impôs. A persistência dela vem facilitando ainda mais a acelerada destruição, violência, invasão e apropriação por parte de madeireiros, fazendeiros e as empresas por trás que demandam a madeira, carne e outros produtos extraídos de nossos espaços de vida, passando, na maioria das vezes, despercebidos pela grande mídia e pela população em geral. Dada a urgência da nossa situação, dirigimos esta carta-denúncia mundo afora buscando fortalecer nossas lutas e esperanças.

Estamos cientes de que a política fascista do atual governo brasileiro, que favorece e facilita invasões em nossos territórios e, além disso, faz tudo para favorecer a propagação do novo coronavírus, é parte de um genocídio. Entendemos também, que este genocídio se insere em um projeto global de destruição da terra e extinção da vida, movido pelos interesses da acumulação de capital.

Por um lado, estamos expostos à violência direta por madeireiros, fazendeiros e megaprojetos. Por outro lado, programas e projetos, de "desenvolvimento sustentável" e de "economia verde", apresentados como se fossem "soluções" para nós, para a floresta e para o clima do mundo, exercem uma violência indireta, mas não menos severa, ao passo que restringem nossa convivência tradicional com a floresta e, com isso, colocam em risco nossa sobrevivência cultural e espiritual e ameaçam nossa soberania alimentar, nossos modos de vida e e relação com os territórios.

É em consequência deste capitalismo pintado de verde, que nossa luta por terra e direitos retrocedeu nas últimas décadas, especificamente desde 1999, quando o autodenominado “Governo da Floresta”, ao transformar o estado do Acre em uma vitrine mundial da “Economia Verde”, atraiu para si grandes recursos de Bancos e Agências de Desenvolvimento e ONGs conservacionistas. Estes recursos, além de nunca terem se traduzidos em melhorias de vida para nossas comunidades, ou numa efetiva redução do desmatamento, foram usados para cooptar muitas das nossas lideranças. As falsas promessas de grandes melhorias e a intervenção governamental e político-partidária dividiram as comunidades e desarticularam nossa luta comum, além

de aumentar a extração da madeira e a atividade pecuária no entorno e no interior de nossos territórios.

Além de estarmos sitiados entre estas duas formas de violência direta e indireta perpetradas pelos diferentes empreendimentos do capitalismo, ainda somos, por vivermos mais diretamente com a terra, fortemente afetados pelas mudanças do clima e da floresta, ou seja, pelas respostas da Mãe Terra ao projeto de destruição e morte global, tais como inundações, secas, desaparecimento de várias plantas e animais e o aparecimento de novas doenças como a Covid-19.

Concretamente denunciemos as seguintes situações:

- Grilagem de terras, grandes desmatamentos ilegais e invasões em nossos territórios, envenenamento de nossos igarapés com agrotóxicos, ameaças, expulsão violenta e assassinato de moradores estão tomando proporções inéditas na Amazônia brasileira. O governo, ao invés de proteger nossos direitos diante desta situação, facilita cada vez mais o grande saque das terras amazônicas. E quando denunciemos estes atos nos órgãos governamentais competentes, não temos retorno e nossas denúncias não tem efeito.
- A demarcação dos territórios é um elemento crucial na luta pela sobrevivência dos cerca de 180 povos indígenas na Amazônia brasileira. Hoje, no congresso brasileiro, as bancadas ruralista e evangélica lançam ataques cada vez mais violentos contra este nosso direito constitucional e procuram, entre outros por meio da PEC 215 e do estabelecimento de um “marco temporal”, destruir esse direito e impossibilitar qualquer futura demarcação.
- Os projetos de compensação de carbono florestal ou de biodiversidade, que avançam na Amazônia sob denominações como REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), PSA (Pagamentos por Serviços Ambientais) ou, mais recentemente “Soluções Baseadas na Natureza”, também fazem parte do amplo processo de tomada de controle sobre nossos espaços e modos de vida. Chegamos à conclusão de que a constante mudança de denominações e a incompreensibilidade das siglas e dos termos técnicos que acompanham estes projetos e programas, que inviabilizam qualquer transparência e participação efetiva da nossa parte, são propositais e servem para ofuscar a verdadeira natureza destes empreendimentos e políticas, que apenas visam legitimar a continuada poluição e destruição da natureza por parte de indústrias, sobretudo aquelas na Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos e outros países onde as maiores empresas poluidoras do mundo têm suas sedes. Sentimos que a palavra “sequestro”, neste contexto, se refere menos ao tão frequentemente mencionado carbono, mas, mais propriamente à Amazônia como espaço de vida e diversidade. Enquanto promotores e intermediadores destes projetos lucram,

regras e restrições acerca do uso da terra estão sendo impostos para nós, e a chamada “Repartição de Benefícios”, se houver, se restringe à doação de alguns bens de consumo, como por exemplo fogões de latas recicladas, filtros de água ou kits de higiene bucal. Ao nosso ver, a função destes projetos é comparável à da focinheira que os fazendeiros colocam no boi para guiá-lo e controlá-lo. Na medida em que os aceitamos, abrimos mão da nossa autodeterminação.

- Estamos preocupados com as diversas políticas públicas, os programas governamentais e a criação de leis que facilitam a transformação da Amazônia em um sumidouro de carbono e gradativamente tutelam, criminalizam e expulsam os povos da floresta: O programa REM (sigla em Inglês de “REDD Early Movers”) do governo alemão apoiou durante anos a implementação do Sistema de Incentivos para Serviços Ambientais (SISA) pelo “Governo da Floresta” no Acre. A situação das comunidades no Acre piorou durante este tempo, enquanto a pecuária, a extração de madeira e o desmatamento avançaram. Até hoje não sabemos o que aconteceu com estes recursos. Hoje, o REM procura impor o REDD em Mato Grosso, principal estado do agronegócio brasileiro, e receamos que lá os principais beneficiários destes recursos serão as oligarquias ligadas a este setor. Tanto no Acre, quanto no Mato Grosso, o REM não inclui apoio muito menos garantias à demarcação de terras indígenas. Outro processo que nos preocupa se dá em decorrência da criação da Força Tarefa de Governadores para o Clima e Florestas (GCF), em 2008, e do acordo de 2010 entre os governos do Acre, da Califórnia (EUA) e Chiapas (México). Estas iniciativas visam o comércio de créditos REDD a partir das nossas florestas para indústrias. Uma vez que estas indústrias, como por exemplo as refinarias na Califórnia, ganham seu “direito de poluir”, comunidades urbanas que vivem próximas a elas seguem sendo diretamente atingidas pela emissão de gases nocivos. Declaramos nossa solidariedade com estas comunidades e, desde já, recusamos quaisquer “benefícios” de tais negócios.
- O direito das nossas comunidades por uma consulta livre, prévia e informada, como previsto na Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais não é respeitado nos projetos do tipo REDD e PSA, assim como também não na implementação de megaprojetos de infraestrutura de escoamento dos produtos do agronegócio. As vezes chamam duas ou três pessoas para uma reunião para depois dizer que houve consulta.
- Apesar de diversas organizações de mulheres lutarem por maior participação na construção de políticas e projetos, até hoje não há participação efetiva da mulher indígena e camponesa nestes processos. Neste contexto refutamos o testemunho de uma parenta nossa, que participa do “programa indígena” do GCF. Em vídeo produzido e divulgado na internet pela ONG Comissão Pró Índio, ela fala sobre o protagonismo das mulheres indígenas em espaços de tomada de decisão sobre políticas ambientais e direitos indígenas. Este protagonismo não existe e esta

mulher não nos representa. Se o GCF levasse em conta as vozes das mulheres indígenas de verdade, cessaria suas tentativas de impor o REDD sobre nossos territórios.

- O estado se tornou cúmplice neste grande saque e vem facilitando a tomada de controle sobre as terras amazônicas por parte dos interesses capitalistas. Por exemplo, o Cadastro Ambiental Rural - CAR, prescrito pelo novo código florestal de 2012, junto com leis e decretos e programas governamentais que vêm sendo criados paralelamente supostamente para “regularizar” as terras, facilita tanto os atos de grilagem, quanto os projetos do tipo REDD.
- Durante a grande enchente, que houve no Acre em março de 2021, muitos indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores tiveram seus roçados e suas casas destruídos, e atualmente não tem como alimentar suas famílias adequadamente.
- As proibições de caça e do uso de madeira e os sistemas de vigilância ambiental implementados nos nossos territórios agravam ainda mais as crises alimentares e de moradia.
- Nossos jovens vêm sendo cada vez mais seduzidos pelo consumismo, que o modelo dominante de desenvolvimento impõe e, cada vez mais, eles acabam saindo das nossas aldeias e colocações e se perdem nas periferias das capitais.
- Em consequência de exclusão social e miséria, aumentam o crime e a violência, tanto na cidade, quanto no campo e na floresta. No cenário atual de uma política da morte, os dominantes grupos políticos e a polícia, ao invés de deter, cada vez mais incentivam e promovem tais atos. Assim como nas áreas rurais, nas cidades também, empresas, em cumplicidade com governos ameaçam, expropriam e expulsam pessoas de suas moradias. Nós solidarizamos com as cerca de 1.500 famílias da Vila Nazaré em Porto Alegre, que perderam suas casas e estão vendo sua comunidade de mais de 50 anos ser riscada do mapa, por causa da ampliação de uma pista de pouso do aeroporto Salgado Filho, concessionado à empresa alemã Fraport. Por sua vez, as empresas aéreas e de petróleo que se beneficiam deste projeto, pretendem “compensar” suas emissões de carbono, mas obviamente não a violência dos despejos que promovem, através de projetos REDD na Amazônia. Perpetuam assim a violência e destruição enquanto divulgam nas suas páginas de internet seu Esquema de Redução de Emissões da Aviação Civil Internacional (Corsia/Icao) como “oportunidade para o Brasil” e mensagens de que estão protegendo a floresta.
- Neste mesmo contexto, ainda manifestamos nossa solidariedade com os moradores da favela do Jacarezinho, onde ocorreu, poucos dias antes do nosso encontro, a maior chacina da história do Rio de Janeiro. Expressamos nosso

veemente repúdio à moção de apoio que a Assembleia Legislativa do Mato Grosso aprovou dia 11 de maio e na sequência, à moção de aplauso da câmara de vereadores de Cuiabá, no dia 13 de maio, parabenizando a operação policial que perpetrou o massacre. Exigimos que este caso seja apurado com rapidez e transparência e que o estado cumpra seu papel de deter a violência ao invés de incentivá-la e cometê-la!

Perante as situações expostas acima nós resolvemos:

- Vamos fortalecer o processo de reflexão e discussão e de resistência contra as invasões do capital com seus golpes “verdes” na Amazônia, processo este que se iniciou com a Carta do Acre em 2011 e, desde então, levou à diversos encontros, manifestações de protesto, declarações e ações coletivas de mobilização no Brasil e no exterior, até que foi interrompido pela pandemia e que retomamos nesse encontro como forma de romper o silêncio e buscar fortalecer novamente nossas lutas.
- Nossa esperança consiste em manter nossa presença nos territórios. Não somos apenas comunidades e povos que vivem *na* floresta, mas somos comunidades e povos *da* Floresta. A floresta e nós somos aliados, quer dizer, um não vive sem o outro. Aquilo que pessoas urbanas compram na farmácia e supermercado, a floresta em grande parte providencia para nós.
- Estamos felizes por não participar das loucuras destrutivas do homem branco, que se diz “civilizado”. Ao invés de aceitar os projetos de morte que querem nos impor de cima para baixo, vamos continuar construindo, de baixo para cima, nossos próprios projetos de vida. Vamos manter e reativar nossas práticas tradicionais e da agroecologia e cultivar aquilo que os povos de línguas Pano chamam *Ihiwei Nakaki*, em Quéchua é chamado *Sumak Kawsay* e é traduzido para o português como o Bem Viver: uma vida plena com alto grau de autonomia e com dignidade, como a floresta nós oferece.
- Ao invés de aceitar “benefícios” e “oportunidades” imediatas, que nos tornam reféns dos interesses por trás dos projetos da economia verde, tomaremos nossas decisões a longo prazo, pensando nas vidas dos nossos filhos e filhas e das gerações vindouras.
- Iremos dialogar com nossos jovens, para que eles não sucumbam ao estilo de vida consumista e para que possam optar pela vida aliada à floresta e fazer a luta em defesa de seus/nossos territórios.

- Queremos fortalecer as alianças com comunidades urbanas, que também vivem situações de exclusão, expulsão e violência e que, assim como nós, querem lutar por seus direitos, espaços e modos de vida.

Apelamos para a sociedade civil do Brasil e do mundo, que se solidarizem com nossa luta pela sobrevivência, pela floresta amazônica e pela vida na Terra, e que refutem as falsas soluções do capitalismo “verde”. Vamos nos manter articulados e lutar juntos para impedir a extinção da vida na Amazônia e no mundo pelo crescimento desenfreado da economia capitalista. Comunicação, denúncia, e mobilização são nossas armas e a união é nossa força!